

31. CAPITALISMO TARDIO: A ALEMANHA E A ORDEM EUROPEIA⁹⁹³

O século XIX foi o século alemão, tal como o XVIII fora britânico e o XVII francês (Charles Van Doren. Uma Breve História do Conhecimento)

É para a Alemanha, sobretudo, que se volta a atenção dos comunistas, porque a Alemanha se encontra às vésperas de uma revolução burguesa; e porque realizará essa revolução nas condições mais avançadas da civilização europeia e com um proletariado infinitamente mais desenvolvido do que o da Inglaterra no século XVIII e o da França no século XVIII; a revolução alemã, por conseguinte só poderá ser o prelúdio imediato de uma revolução proletária (Karl Marx e Friedrich Engels, Manifesto Comunista)

A revolução proletária certamente não aconteceu na Alemanha de 1848, mas também não o fez a revolução burguesa. A análise histórica abstraiu três tipos básicos de transição para o capitalismo (ou "revolução burguesa"). Um deles é o "clássico", revolucionário, tendo como modelos os processos seguidos pelas revoluções inglesas do século XVII e pela Revolução Francesa. Os "não clássicos" são a "via prussiana" e a "revolução passiva". O primeiro serve, sobretudo, para designar os processos de transição ao capitalismo no campo, evidenciando o fato de conservarem, na nova ordem social fundada pela hegemonia do capital, sobrevivências de formas pré-capitalistas, a exemplo do uso da coerção extra econômica na extração do excedente produzido pelos trabalhadores rurais; no segundo caso, a formulação é utilizada para designar os processos de modernização promovidos "pelo alto", nos quais a conciliação entre as diferentes frações das classes dirigentes é um recurso para afastar a participação das classes e camadas populares na passagem para a modernização capitalista. Alemanha e Itália são os paradigmas desses "modelos". A constituição tardia de alguns grandes Estados Nacionais europeus refletiu o caráter tardio (em relação aos seus concorrentes-vizinhos) do seu desenvolvimento capitalista, e as forças centrífugas que obstaculizavam a unidade nacional. Isto determinou não só peculiaridades econômicas e políticas desses países, mas também assimetrias e contradições no mercado mundial e no sistema político internacional, que tiveram sua tradução ulterior nos conflitos e guerras mundiais.

A constituição tardia da nação alemã possui raízes históricas. Na era moderna, a Alemanha chegou tardiamente ao cenário histórico da Europa. Carlos V, senhor do maior império europeu desde Carlos Magno,⁹⁹⁴ não conseguiu impor-se na ebulição interna do país. Depois da sua abdicação, seu "império mundial" foi dividido. Os proto-estados nacionais da Europa Ocidental e os estados territoriais alemães constituíam de fato a Europa do século XVI. Na Europa, a primeira revolução burguesa, a Reforma e o Renascimento, acompanharam o aparecimento do Estado nacional e a emancipação do campesinato. Mas nem o Estado nacional, nem a emancipação do campesinato, tiveram lugar na Alemanha nos séculos XV e XVI. Engels considerou que a guerra camponesa foi um fenômeno alemão: "A revolução de 1525 foi um assunto particular da Alemanha": "O principal efeito da guerra dos camponeses foi tornar mais aguda e consolidar a divisão política da Alemanha, a mesma divisão que havia

⁹⁹³ Este capítulo foi redigido em conjunto com Rodrigo Medina Zagni, Doutor pelo Prolam-USP e docente de Relações Internacionais na Unifesp (Universidade Federal de São Paulo).

⁹⁹⁴ O Império tinha sido estabelecido pelo seu avô, Maximiliano I de Habsburgo, "rei dos romanos" desde 1493, eleito imperador do Sacro Império Romano-Germânico em 1508. A dispersão territorial e as diferenças entre os territórios do patrimônio dos Habsburgo obrigaram Maximiliano a unificar a ordem legal, administrativa e militar, além de realizar pactos internacionais. Morto em 1519, Maximiliano foi sucedido pelo seu neto Carlos de Gante, que encabeçaria o império com o nome de Carlos V: "A orientação universalista própria do poder imperial alemão se manifestava na sua contínua tendência à expansão: para Itália, para Oriente nas Cruzadas, na ofensiva colonizadora em direção das regiões eslavas e húngaras, e ainda no início da Idade Moderna... tal orientação inabilitou os imperadores germanos para a tarefa histórica de dar forma política à nascente nação pela monarquia absoluta" (Alfredo Bauer. *Martin Lutero. El hombre, la nación y la humanidad*. Buenos Aires, Ateneo von Humboldt, 1983, p. 11).

sido a causa do seu fracasso”.⁹⁹⁵ Assim, Alemanha participou apenas parcialmente do primeiro ciclo ou fase inicial da revolução burguesa europeia.

Com a Paz de Westfalia (1648), Alemanha perdeu territórios para a França e a Suécia; e houve o desmembramento da Suíça e da Holanda do império germânico. “Alemanha” concedia seus aos estados membros todos os direitos essenciais de soberania em questões religiosas e seculares, permitindo-lhes até formar alianças com parceiros internacionais. A *Hansa* e as cidades alemãs do Sul, que no século XVI tinham ocupado um destacado lugar no comércio internacional, ficaram economicamente relegadas nos séculos XVII e XVIII. No século XVII, os Estados territoriais alemães, quase soberanos, adotaram o absolutismo, com um soberano com poderes ilimitados, estruturas administrativas rígidas, economia financeira organizada e a formação de exércitos permanentes. Os principais “Estados” eram Baviera, Brandemburgo, Saxônia e Hannover. Ao longo do período, os imperadores da Alemanha fracassaram em suas tentativas de criar um Estado centralizado e cederam cada vez mais autonomia a seus vassallos. Mais de 300 baronatos, cidades livres, condados, ducados, principados, e outros Estados grandes ou pequenos, tornaram-se independentes para quase todos os efeitos, incluindo sistemas monetários. No início do século XVIII, havia na Alemanha 170 sistemas monetários independentes. A maioria deles (e também os da Escandinávia) era baseada no *Thaler* ou *táler*, cunhado pela primeira vez no Tirol, em 1486.⁹⁹⁶

A Áustria, que conseguira conter a invasão turca e havia incorporado a Hungria e parte dos Bálcãs, tornou-se uma grande potência. No século XVIII, ela ganhou um rival, a Prússia, que se formara a partir do ducado de Brandemburgo, e se transformou numa grande potência militar durante o reinado de Frederico, o Grande (1740-1786). Frederico II da Prússia, junto a José II, foram “monarcas esclarecidos”; como imperadores, propiciaram à burguesia sua ascensão à camada social de maior influência (traço característico de monarquias protestantes). O que marcou o reinado de Frederico II, o Grande, foi a consolidação do exército prussiano como uma máquina de guerra, cunhando a expressão de que Prússia não era um Estado que possuísse um exército, mas o contrário. A máquina bélica prussiana foi posta à prova em 1740, quando Prússia invadiu a Silésia. A segunda importante atuação do exército prussiano ocorreu de 1756 a 1763, ainda sob Frederico II, na Guerra dos Sete Anos, que opôs Prússia à Áustria, Saxônia, Rússia, França e Suécia.

O fim do conflito foi determinado pela Paz de Hubertusberg, confirmando o pluralismo dos Estados germânicos. Em 1765, José II foi coroado imperador; a hegemonia política nos Estados germânicos já se desenhava a partir das demonstrações de superioridade militar prussianas. Em 1785, a Liga dos Príncipes Germânicos passou à chefia da Prússia, que nos seus domínios (incluindo os novos territórios adquiridos na Polônia, a partir de 1793) assumiu uma postura mais firme e absolutista, e parecia mais adversária da Áustria do que da República Francesa, vista como um peão no jogo de tabuleiro contra os Habsburgos: o exército francês era considerado muito fraco para derrotá-los, mas forte o suficiente para enfraquecer o exército austríaco.

No dia seguinte à queda da Bastilha, Goltz, primeiro-ministro prussiano, regozijava-se pelo que julgava ser a ruína de Maria Antonieta e o fim da aliança franco-austríaca. Leopoldo II, sucessor de José II, modificou o Estado de alto a baixo, distendendo a centralização de José II, e visando reconquistar as simpatias das aristocracias e magnatas das províncias do Império para uma guerra de conquista da França, mas obteve magros resultados nos Estados provinciais indóceis, como a Boêmia e a Hungria. O sucessor, Francisco II (que assumiu o trono a 14 de julho 1792)

⁹⁹⁵ Friedrich Engels. *La Guerra de Campesinos en Alemania*. Buenos Aires, Claridad, 1971.

⁹⁹⁶ O nome dessa moeda era uma abreviação de *Joachimsthaler*, por ter sido originalmente cunhada com prata da mina de Joachimsthal na Boêmia, anexada ao ducado da Áustria após a Guerra dos Trinta Anos. Seu nome também deu origem ao *daler* dos países escandinavos e ao *dólar* norte-americano (na peculiar pronúncia dos *yankees*), que na origem nada mais era do que o peso espanhol, aproximadamente equivalente ao *táler* alemão.

derrogou as medidas descentralizadoras do pai e restabeleceu o Estado de centralização de José II, apenas como instrumento de reino.

A emancipação conquistada pela burguesia em relação aos príncipes viu seu processo interrompido com as guerras napoleônicas. Em 1792, tiveram início os conflitos armados entre Prússia e a França revolucionária, com consequências para o desenvolvimento político prussiano: em 1803 a deputação imperial revogou a independência de 45 das 51 cidades imperiais; em 1806, Napoleão fundou a Liga Renana. Em 1808, Prússia passou pelas reformas de Von Stein, a partir das quais foram regulamentadas as cidades e se autodeterminaram os municípios. A Revolução Francesa contribuiu para desmoronar o Sacro Império em 1806, mas seu impacto não chegou a se alastrar na Alemanha, devido à estrutura federal do Império. Atacado pelo exército de Napoleão Bonaparte, o Império sucumbiu definitivamente. A França anexou a margem esquerda do Reno.

A reorganização territorial deu-se à custa dos principados menores e dos microestados religiosos. Os estados médios foram beneficiados, unindo-se em 1806 na Liga Renana (ou Confederação do Reno), propiciada pela França revolucionária. No mesmo ano, o imperador Francisco II abdicou da coroa, pondo fim ao Sacro Império Romano-Germânico. A oposição aos franceses acabou dando asas ao "espírito nacional" alemão. A abolição da vassalagem, a liberdade profissional, a autonomia municipal, a igualdade perante a lei e o serviço militar obrigatório foram implantadas nos estados da Liga Renana e mais tarde também na Prússia.

O Congresso de Viena (1814–1815) estabeleceu uma nova ordem na Europa, após a vitória da reação aristocrática contra Napoleão. A aspiração a um Estado nacional alemão, no entanto, não se concretizou. A Liga Alemã era uma união de estados soberanos pouco coesos. O seu único órgão, a Dieta de Frankfurt, não era um parlamento eleito, e sim um congresso de delegados. A Liga só podia agir com o beneplácito das duas grandes potências, Prússia e Áustria; nas décadas seguintes, reprimiu todas as tentativas de unificação e liberdade. De 1815 a 1848 a Santa Aliança (Prússia, Rússia e Áustria, com apoio inglês) impediu os Estados confederados germânicos qualquer espécie de autodeterminação democrática. Fez seu caminho então a ideia de uma centralização do poder com a criação de um Estado germânico, sob uma única monarquia. A Tarifa Protetora Prussiana de 1818 aboliu os direitos alfandegários no interior da Prússia; em 1834 foi estabelecido o *Steuerverein* (União aduaneira, que elimina as taxas sobre a circulação interna de mercadorias).

No Congresso de Viena, a Prússia adquirira a Renânia e outros importantes territórios e, após o armistício, os príncipes puderam reconstituir seu sistema de domínio impondo novo controle sobre a burguesia, já acostumada a certa autonomia. Cercado por outros ducados germânicos, o Estado prussiano, desde 1815, com a reordenação europeia desenhada pelo Tratado de Viena, passou a compor a *Staatenbund*, Confederação Germânica composta por 38 Estados dirigidos pelo imperador da Áustria. As decisões comuns da Confederação eram submetidas à votação na Dieta estabelecida em Frankfurt; porém, as decisões práticas passaram a ser adotadas diretamente pelo imperador austríaco, relegando a Dieta à inoperância, encontrando simpatia nos príncipes dos Estados do sul, submetidos por laços de vassalagem aos Habsburgo. Em contrapartida, encontraram oposição dos movimentos unitários e nacionalistas, que tinham por objetivo pôr fim ao domínio austríaco sobre os Estados germânicos.

Apesar da organização da Confederação ter permitido relativa autonomia política aos príncipes sob o controle e vigilância da Santa Aliança, a população em geral, bem como a elite política, manifestava entusiasmo em relação à perspectiva de unificação dos reinos em um Estado nacional, e vários fatores pareciam tornar possível a realização. A relativa homogeneidade étnica, cultural e linguística deu o tom de um nacionalismo crescente, ratificado pela burguesia comercial que via na possibilidade de unificação nacional a perspectiva de prosperidade econômica, com o fim das dispendiosas tarifas para circulação de mercadorias e de capital no âmbito germânico: os interesses dominantes pareciam apontar diretamente para a centralização do poder com a criação de um Estado monárquico germânico.

O ano de 1818 foi marcado por uma intensa agitação liderada por um grupo de universitários, representantes da jovem intelectualidade alemã, que formaram a *Burschenschaft*, uma liga de estudantes luteranos que organizou demonstrações de queima de livros de Haller (pensador tido como reacionário), tradição inquisitorial que deitou fortes raízes na Alemanha, e de símbolos do militarismo, em uma festividade que comemorava os cinco anos da vitória antinapoleônica na batalha de Leipzig. As manifestações chamaram a atenção dos soberanos da Baviera, Württemberg e Baden, levando-os a outorgar constituições, conjuntos de leis situadas acima da autoridade dos próprios reis, limitando seus poderes de atuação. Mas o assassinato do publicista antiliberal e antinacionalista August von Kotzebue serviu de pretexto para a ação dos soberanos contra a *Burschenschaft*. Metternich promoveu a reunião dos príncipes germânicos em Karlsbad, em 1819, e em Viena, em 1820, onde se deliberou pela dissolução forçosa do movimento universitário e pela revogação das constituições promulgadas, estabelecendo o controle do Estado nas universidades e a censura à imprensa. Os únicos Estados que se negaram a suprimir suas constituições foram os sulistas.

A *Burschenschaft* foi reorganizada em todas as universidades germânicas no início da década de 1830, como reflexo da revolução parisiense que repercutiu em grande escala, levando a concessões de liberdades e promulgação de constituições, como no caso da Saxônia, Baviera, Brünswick e Hesse-Cassel. Em 1832, em Hambach, 25 mil liberais se congregaram sob o emblema da bandeira preta, vermelha e dourada, conclamando para a unificação sob um único Estado bávaro.

A reação contra a reorganização da *Burschenschaft* foi encabeçada pela Prússia, que, apoiando Metternich, aprovou na Dieta de Frankfurt, em julho de 1832, a proibição de reuniões e a perseguição aos estudantes e demais líderes do movimento. A perseguição resultou em um relevante número de refugiados que fugiam em grande parte para Paris. Por meio da Assembleia de Münchengraetz, o rei prussiano, o imperador e o czar russo exigiram do governo francês a expulsão e entrega dos refugiados, condenados por crimes políticos. A reação parecia triunfar, mas um plano econômico prussiano acelerou eficazmente o processo de unificação alemã, mediante uma união econômica entre os ducados germânicos, com exceção da Áustria, a partir da supressão de todas as barreiras alfandegárias internas. Em 1834, foi assim fundada a União Alfandegária Alemã (*Zollverein*) e,⁹⁹⁷ em 1835, foi inaugurada a primeira estrada de ferro "nacional". Em 1854 os estados que formavam o *Steuerverein* aderiram ao *Zollverein*.

Começava a industrialização e, com as fábricas, formou-se uma nova classe operária fabril. O forte crescimento demográfico já levava a um excedente de mão de obra. A massa dos operários vivia na miséria, e não demorou em se organizar. A livre circulação de mercadorias acabou facilitando a circulação de ideias e o trânsito pelos limites germânicos. Havia-se desencadeado o processo irreversível que levaria à unificação política, ao passo da já consolidada unidade econômica, advogando contra os particularismos locais que travavam qualquer projeto centralizador. A revolução europeia de 1848, como vimos, teve forte eco na Alemanha. Insurreições populares em todos os estados da federação

⁹⁹⁷ Era um mercado comum da Prússia com 25 outros estados do norte da Alemanha que, em 1839, adotou uma moeda chamada *Vereinsthaler* (táler da união), definida como 18,5595 gramas de prata a 90%, de modo que 14 táleres faziam exatamente um marco de prata. O *Vereinsthaler* passou a dividir-se em 30 *Groschen*, 360 *Pfennig* e 720 *Heller*. Alguns estados alemães do sul, liderados pela Baviera e Württemberg, formaram um mercado comum sul-alemão e adotaram como padrão um *Gulden* ou florim; 24,5 florins equivaliam a 14 táleres prussianos. Nas décadas seguintes, continuou a rivalidade entre Áustria e Prússia, mas a primeira gradualmente perdeu terreno. Em 1842, houve uma tentativa de unificar os padrões monetários do Norte e do Sul da Alemanha com uma moeda única, o *Vereinsmunze* (moeda da união) ou duplo táler, valendo 2 táleres ou 3,5 florins, mas o projeto não foi além disso. A Áustria tentou aderir ao *Zollverein*, mas foi rejeitada pela Prússia. Em 1857, houve um acordo monetário entre os três padrões vigentes na Alemanha: o *Vereinsthaler* foi redefinido como 18,5186 gramas, para se adequar melhor ao sistema decimal: 30 táleres passaram a conter exatamente $\frac{1}{2}$ kg de prata pura, equivalentes a 52,5 florins do Sul da Alemanha, ou 45 florins austríacos.

obrigaram os príncipes a concessões. A unificação proposta pelos democratas parecia um projeto revolucionário para renovar o *Reich*, unificando a confederação em um Estado nacional: além da liberdade de pensamento e de imprensa, a revolução conquistou o compromisso dos reis germânicos em promulgar constituições e estabelecer ministérios liberais. Em maio de 1848, para promulgar a Constituição de Estado alemão unificado, foi convocado o Parlamento de Frankfurt, com delegados de todos os Estados da Confederação.

Era, na verdade, o início do fracasso da Assembleia Nacional ou Parlamento alemão: "A sua convocação tinha sido a primeira prova de que tinha havido efetivamente uma revolução na Alemanha... Eleito sob a influência da classe capitalista por uma população rural desmembrada e dispersa, na maioria mal acordando do mutismo feudal, este Parlamento serviu para trazer para a arena política, num só órgão, todos os grandes nomes populares de 1820-1848, e depois para arruiná-los totalmente. Todas as celebridades do liberalismo da classe média estavam aí reunidas; a burguesia esperava maravilhas; colheu vergonha para si própria e para os seus representantes. O liberalismo político, o regime da burguesia, tanto sob uma forma de governo monárquica como republicana, é para sempre impossível na Alemanha".⁹⁹⁸ Em 1848, como no começo do século XVI, com Lutero, a Alemanha só conseguiu se igualar à Europa, e até mesmo se colocar em sua dianteira, no plano do espírito, do pensamento religioso e filosófico.

Em Berlim, apoiado pelos *junkers* (elite latifundiária), o rei prussiano dissolveu o parlamento e promulgou uma nova constituição, que privilegiava os membros da aristocracia, estabelecendo uma câmara aristocrática nomeada pelo soberano, e outra composta através de voto censitário. Em julho, a Assembleia de Frankfurt deliberou a formação de um governo provisório. O impasse se resolveu numa reviravolta na Assembleia que, em março de 1849, ofereceu a coroa ao rei prussiano, Frederico Guilherme IV: "A burguesia alemã, desde o princípio, bem longe de fazer a revolução, dissociou-se dela. A sua consciência dirigia-se contra as condições objetivas da sua própria dominação. A revolução não podia ser feita por ela, mas só contra ela. As instituições democráticas representavam, no seu espírito, não um objetivo pelo qual combatesse, mas uma ameaça para o seu bem-estar. O proletariado era ainda fraco demais: faltavam-lhe organização, experiência e conhecimentos. O capitalismo tinha se desenvolvido o suficiente para tornar necessária a abolição das velhas relações feudais, mas não o bastante para levar ao primeiro plano, como força política decisiva, à classe operária, nascida das novas relações industriais. No caso da Alemanha, o antagonismo entre o proletariado e burguesia tinha ido longe demais para permitir à segunda assumir sem temor o papel de dirigente da nação, e não o suficientemente longe para permitir ao proletariado assumi-lo no seu lugar".⁹⁹⁹

Mas a nova classe social, produto do desenvolvimento industrial capitalista, já se fazia sentir no plano político. O primeiro sistema de seguridade social, o alemão, teve como antecedente o programa adotado no *Deutsche Arbeiterkongress* de agosto-setembro de 1848, em plena efervescência revolucionária no país. A *Arbeiterverbrüderung* criada a partir dele adotou um programa que previa, ao lado das reivindicações políticas revolucionárias, "a supressão dos impostos indiretos, o seguro-doença e o seguro-invalidez, a redução da jornada de trabalho".

O "centro" liberal, que visava uma monarquia constitucional com direito eleitoral limitado, era a força dominante na Assembleia, dividida entre a chamada "grande solução" e a "pequena solução", ou seja, um império alemão com ou sem a Áustria. A constituição aprovada previa que o governo imperial prestasse contas ao Parlamento, e a assembleia ofereceu ao rei da Prússia a coroa hereditária do Império Alemão. Mas o soberano não quis aceitar uma dignidade concedida por uma revolução. Em 1849, nem "a pequena solução alemã" dos democratas vingou, frustrando a renovação do Reich mediante a unificação da Confederação

⁹⁹⁸ Friedrich Engels. *Violência e Economia na Instauração do Novo Império Alemão*. Porto, Escorpião, 1974.

⁹⁹⁹ Leon Totsky. *Balance y Perspectivas*. Buenos Aires, El Yunque, 1975.

em um Estado nacional. Em maio, fracassaram os levantes populares que pretendiam impor a constituição "de baixo para cima". Selada a derrota da revolução alemã, a maioria das conquistas democráticas foi anulada, e em 1850 foi restabelecida a Liga Alemã.

Ficava cada vez mais claro que qualquer proposta de unificação encabeçada pela Prússia, para garantir a hegemonia da casa Hohenzollern, teria obrigatoriamente que passar pelo enfrentamento com a Áustria. E de fato esse enfrentamento por pouco não ocorreu após a insurreição popular que destronou o Duque de Hesse, provocando o encontro entre as tropas prussianas e austríacas próximo à Fulda, mas um ultimato austríaco, datado de 25 de novembro de 1850, provocou a desistência da Prússia e a retirada, dois dias depois, de suas tropas em Olmütz. A desistência de Guilherme IV não se restringia ao embate militar, mas ao próprio projeto de unificação: a questão era que para os dirigentes políticos, bem como para o povo em geral, a Prússia havia sido humilhada em Olmütz.

O reino prussiano, no entanto, conseguira reunir os 39 Estados da Alemanha no *Zollverein* e, em 1853, com a renovação da União Aduaneira, que mais uma vez excluía a Áustria, facilitou a acelerada industrialização dos Estados da Confederação Germânica. A partir desta configuração foram criados polos industriais que se transformaram nos grandes distritos industriais da Saxônia, Renânia, Westfalia e Silésia, alterando a paisagens de cidades predominantemente agrárias e pastoris, de extensos campos de cultivo e criação de animais, para cidades urbanizadas e esfumaçadas chaminés das fábricas. A calma deu lugar à agitação dos operários indo e vindo, e o distanciamento social em relação à classe burguesa acentuou a luta de classes na conformação de um capitalismo industrial. Ainda no aspecto urbano, repercutiu o fenômeno do êxodo rural com a conversão de antigos camponeses em operários citadinos, que chegavam em grande número.

Ao passo da formação de um denso operariado deu-se a formação de uma nova burguesia empreendedora, estupefata pelas possibilidades da industrialização e que já consolidava uma nova realidade nos grandes centros. A Prússia, em 1856, contabilizava 500 milhões de francos em capital de sociedades, restabelecendo a pujança dos antes decadentes proprietários *junkers* e dos antigos nobres, que passaram de arruinados proprietários de terra à promissores administradores de explorações industriais. O desenvolvimento econômico seria estendido ao período de 1860 a 1870 com o aumento do volume de exportações e crescimento do comércio exterior. A tardia industrialização alemã aproveitou largamente a experiência e as técnicas dos países industrializados vizinhos, e até seus capitais, embora estes em menor medida (os capitais franceses, que dominavam a economia russa, não ultrapassavam 4% dos investimentos industriais e financeiros na Alemanha); como aconteceu em outras latitudes, a indústria alemã "pulou etapas".¹⁰⁰⁰

O projeto de unificação nacional, ainda assim, foi retomado somente como projeto *político* com a guerra franco-prussiana, em 1871. Os problemas políticos internos do reino de Guilherme I constituíram parte das motivações que levaram a essa guerra. O soberano ascendeu ao trono em 1861, com 64 anos de idade, substituindo seu irmão Frederico Guilherme, acometido de ataques de loucura. Entre suas primeiras medidas estava a nomeação do general Roon como Ministro de Guerra, plantando no primeiro escalão das forças armadas o ressentimento com os acontecimentos de Olmütz. O ministro nomeou como chefe do Estado-Maior central o general Helmut Von Moltke (1800-1891), antigo discípulo do general prussiano Karl Von Clausewitz (1780-1831), cuja estratégia de movimentos reconfigurou a guerra moderna: "Sem dúvida o mais importante teórico militar dos tempos modernos, cabendo-lhe o mérito pelos triunfos sem precedentes alcançados mais tarde pelo Exército prussiano".¹⁰⁰¹

¹⁰⁰⁰ Rondo Cameron. *Op. Cit.*, p. 315.

¹⁰⁰¹ Peter Paret. *Construtores da Estratégia Moderna*. Rio de Janeiro, Biblioteca do Exército, 2001.

Estabeleceu-se, no início da década de 1860, uma disputa interna entre o parlamento e o governo da Prússia em relação à ampliação de seu exército, entre conservadores (agrários e luteranos, respeitadores dos valores prussianos) e nacionais liberais (burgueses favoráveis a um regime parlamentarista) o que resultou em um grave impasse. Mesmo sendo concedidos, em 1861, fundos adicionais pelo parlamento para a realização das reformas militares, em 1862 condicionou-se o repasse à redução de quatro para dois anos o período de serviço militar obrigatório. O nó foi atado pela oposição política entre Guilherme I, conservador, e o parlamento, de maioria liberal.

O monarca defendia a opinião de que os soldados prussianos não estavam imbuídos de valores conservadores suficientes, explicando em parte sua intransigência em relação ao Parlamento que finalmente se negou a aprovar os créditos, decorrendo na demissão de todo o gabinete real e por pouco na abdicação de Guilherme I. Seguindo conselho de Roon, Guilherme I convocou o então embaixador prussiano em Paris, Otto von Bismarck. Imbuído do pesado fardo de pôr fim ao conflito político, o dirigente do partido conservador, político de direita, antissemita, defensor dos interesses da classe dos *junkers*, da igreja oficial e do exército, foi nomeado pelo rei, em 1862, ministro presidente da Prússia. Deu início a uma política que, uma vez desencadeada, levou o Estado prussiano inevitavelmente à guerra.

O tom do discurso de Bismarck dava clara ideia de como seriam conduzidas as negociações em relação à ampliação do exército prussiano e à unificação alemã: pela força, ou melhor, pelo fio da espada, a política do "sangue e aço". Resolveu a questão do orçamento para a ampliação do exército por meio da imposição de um decreto, sem submeter o assunto à discussão no Parlamento, ignorando desta forma a oposição do partido liberal, encabeçado por Wirckow. Desprezava a via democrática, o parlamento e seus políticos liberais, além da Igreja Católica e sobretudo as organizações dos operários. No âmbito da política externa, o exemplo de Olmütz ainda estava muito recente: era preciso arrancar a Áustria da Confederação Germânica caso se pretendesse a hegemonia prussiana. Bismarck conquistou em 1863 a benevolência do czar russo, ajudando os exércitos imperiais contra os poloneses sublevados, e instaurando contra eles o terror em território prussiano. Sua política expansionista foi posta em prática logo após reorganizado o exército, em 1864, em um conflito armado desencadeado após a morte de Frederico VII, rei da Dinamarca, cujos candidatos à sucessão foram Cristiano de Glücksburg e Frederico de Augustenburg. Este reclamava os territórios de Holstein, Schleswig e Lauenburg, com maioria de população de origem germânica.

Holstein, desde 1815, fazia parte da Confederação Germânica; Schleswig e Lauenburg tinham expressiva maioria alemã; porém, estavam submetidas a laços de vassalagem ao rei da Dinamarca que, invocando direitos de suserania, em 1863 tentou anexar os territórios conseguindo o apoio da Dieta de Frankfurt para enviar tropas. Uma aliança de Prússia e Áustria intimou a Dinamarca a conceder independência aos territórios; mas o rei dinamarquês negou-se a fazê-lo, seguindo-se a declaração de guerra. Os demais ducados germânicos engrossaram as fileiras austro-prussianas e, num rápido movimento inicial, suas tropas conquistaram as linhas de Duppel, dando início ao que ficou conhecido como a "Guerra dos ducados contra a Dinamarca". A guerra teve rápido fim, com uma vitória esmagadora da Prússia sobre a Dinamarca. Na Paz de Viena, de outubro de 1864, ratificada pela convenção de Gastein, Holstein foi entregue à administração austríaca e Schleswig e Lauenburgo passaram a compor o território prussiano.

Seguindo o plano que desenhava a exclusão da Áustria do projeto de unificação dos Estados germânicos, Bismarck viajou à Itália, onde perscrutou o anseio político italiano em relação à libertação de Veneza, sob domínio austríaco. A política agressiva de Bismarck e o poderio de seu exército provocaram, em 1866, os desdobramentos esperados pelo chefe prussiano. Seu objetivo era excluir a Áustria da Confederação germânica, onde mantinha evidente superioridade, mas uma guerra aberta implicaria também no enfrentamento da Prússia com os próprios ducados germânicos sob influência dos Habsburgo reinantes na Áustria, todos os

ducados meridionais e sulistas. O trunfo de Bismarck eram as relações diplomáticas ítalo-prussianas que renderam, no mesmo ano, o acordo que previa a libertação de Veneza por parte da Prússia e sua entrega à Itália, em troca de seu apoio militar em uma guerra contra a Áustria. Bismarck convocou a Dieta de Frankfurt com o objetivo de excluir a administração austríaca do ducado de Holstein.

O que não se esperava era a oposição do próprio rei Guilherme I à guerra contra os Habsburgo; contudo, o próprio rei seria vencido por seu ministro presidente; a guerra austro-prussiana já era inevitável. A “Guerra das Sete Semanas”, foi declarada a 18 de junho de 1866, opondo a Prússia, aliada à Itália e aos Estados germânicos do norte, à Áustria, aliada à Dieta e a Hannover, Saxônia, Baviera e Württemberg (Estados germânicos meridionais comprometidos com os Habsburgo). O exército prussiano iniciou as operações e rapidamente comprovou a superioridade do comando e estratégia de Von Moltke, em relação à inépcia e desorganização das forças austríacas, comandadas por Benedeck. Os combatentes prussianos contavam ainda com fuzis de tiro rápido, armamento muito superior aos austríacos.

A guerra foi de curta duração, concentrando-se em três batalhas principais: Langensalza, onde capitularam as tropas de Hannover; Kissingen, onde se dispersou o exército bávaro; e finalmente Sadowa, na Boêmia, que pôs termo ao conflito com a derrota austríaca em 3 de julho de 1866. A França chegou a ensaiar a entrada na guerra com a determinação de Napoleão III de mobilizar 50 mil homens na região do Reno; porém, logo a revogou. A coalizão ítalo-prussiana chegou a uma fácil vitória na Paz de Praga, assinada em 23 de agosto de 1866, onde Prússia conseguiu não só a anexação dos territórios sob disputa; mas também Hannover, Hesse e Frankfurt, além da prometida entrega de Veneza à Itália.

Prússia transformou o *Zollverein* numa Federação da Alemanha do Norte sob sua liderança. A vitória, que fez da Prússia um Estado com mais de 25 milhões de habitantes, ainda serviu aos interesses políticos de Bismarck, dissolvendo a Confederação Germânica, retirando à Áustria do cenário alemão. A humilhação prussiana de Olmütz havia sido devolvida com a humilhação austríaca de Praga. O movimento expansionista prussiano ficou limitado nesta fase dentro dos limites dos ducados e principados germânicos, com a criação da Federação que reuniu os Estados setentrionais do Meno, num total de 21, submetendo-os ao controle centralizador prussiano, tornando-se o rei da Prússia presidente vitalício e hereditário dela, e Bismarck seu chanceler federal. Os créditos do projeto confederal foram inteiramente atribuídos a Bismarck, que se gabava de tê-lo escrito em uma única noite. Previa a existência de uma câmara alta (um conselho federal que representava os príncipes) composta pelos governadores dos Estados da Confederação; e uma câmara baixa (o *Reichstag*), composta por membros eleitos por meio de sufrágio universal.

A Prússia passava a jurisdicionar um governo central e assim homogeneizar as relações internacionais e comerciais, mantendo inclusive uma moeda própria. O controle dos Estados da nova Federação pela Prússia deveria passar pelo controle direto da imprensa. Bismarck passou a subornar jornais e jornalistas com o chamado “fundo dos répteis”, composto pelo confisco dos dividendos das coroas de Hannover e Hesse. O projeto de unificação alemã sob a dinastia Hohenzollern ainda não era possível pela resistência dos Estados sulistas, fiéis aos Habsburgo. Para Bismarck, o fator decisivo para a adesão dos Estados do sul ao projeto de unidade alemã seria a construção do sentimento nacionalista em torno de um fator comum, ou melhor, um *inimigo comum* construído a partir de uma nova guerra.

O desenvolvimento econômico registrado a partir de meados do século XIX favoreceu a unificação nacional, tornando a Alemanha um país industrial, com destaque para a indústria pesada e a construção de máquinas. Na vanguarda desse desenvolvimento estava a Prússia. A pujança econômica, por sua vez, fortalecia a consciência política da burguesia liberal. Bismarck, por isso, governou contra o parlamento e sem um orçamento próprio. Para impor novas taxas, e assim financiar a reforma militar, recorreu a medidas repressivas, à censura da

imprensa e à restrição do direito de reunião. Os êxitos na política exterior compensaram a fraca posição de Bismarck na política nacional.

O desenvolvimento do movimento operário e socialista alemão ocorria em paralelo. Em 1864, morria o líder dos socialistas alemães, fundador da primeira organização política de trabalhadores na Alemanha (a *Allgemeinen Deutschen Arbeitervereins*), Ferdinand Lassalle.¹⁰⁰² Na sua *Crítica do Programa de Gotha* (programa de inspiração lassalleana com o qual fora fundada a associação), Marx escreveu que "Lassalle sabia de cor o *Manifesto Comunista*, da mesma forma que seus fiéis conhecem as Santas Escrituras de sua lavra. Se o falsificava tão grosseiramente era apenas para escamotear sua aliança com os adversários absolutistas e senhores feudais contra a burguesia". Lassalle foi autor de *Que é uma Constituição?* e de outros textos de grande impacto na sua época. Após a morte de Lassalle, esse primeiro "partido socialista" alemão continuou a reivindicar sua memória e defender seus princípios. Lassalle combinava princípios de um socialismo vulgar (como o "direito dos trabalhadores ao produto íntegro de seu trabalho", o que significava eliminar todo fundo de acumulação, capitalista ou socialista) com manobras políticas em que seu anti liberalismo flertava com o absolutismo bismarckiano.

A tara política "estatolatra" do socialismo alemão já tinha provocado as iras de Marx contra o socialismo alemão, no *Manifesto Comunista*.¹⁰⁰³ Na década de 1860, Marx e Engels passaram a dirigir críticas e alertar para o "caminho falso" trilhado pela organização de inspiração lassalleana. Esta, para Marx, "era, simplesmente, uma organização sectária". Seu apego à política realista (*Realpolitik*) culminaria na acomodação à situação existente, em que, nas palavras de Marx, "o movimento operário na Prússia (e, em consequência, no resto da Alemanha) só existe por uma concessão da polícia. Querem, por isso, tomar as coisas como são e evitar provocar o governo".

De fato, existia uma aliança "por baixo do pano" entre Bismarck e Lassalle. Mas, vinte anos depois do *Manifesto*, o socialismo alemão achou aos poucos uma sólida base operária. Os sucessores de Lassalle na presidência do partido socialista, Bernhard Becker (entre 1864 e 1867) e Johann Baptist Von Schweitzer (de 1867 a 1871), conseguiram expandir a organização

¹⁰⁰² Ferdinand Lassalle (1825–1864), nascido em Breslau, Alemanha (posteriormente anexada à Polônia com o nome de Wrocław) foi organizador do movimento operário alemão, inspirado no socialismo, mas com um viés nacionalista, em contraste com o internacionalismo marxista. De personalidade irascível e contraditória, cursou a escola superior na cidade natal. Estudou comércio em Leipzig e regressou a Breslau, onde iniciou estudos de filosofia na Universidade de Breslau, entrando em contato com as ideias socialistas. Mudou-se depois para Paris, a fim de preparar a tese de doutorado, conheceu ali Pierre-Joseph Proudhon e o poeta Heinrich Heine. O êxito como advogado, na defesa da condessa Hatzfeld num escandaloso processo de divórcio, proporcionou-lhe uma pensão anual que lhe permitiu viver sem preocupações financeiras. Teve participação ativa na revolução de 1848 em Düsseldorf, foi preso várias vezes, até se estabelecer em Berlim como jornalista político (1857). Sua participação no movimento revolucionário aproximou-o dos círculos socialistas e de Karl Marx. Lassalle foi economista, agitador e grande orador. Partidário da unificação alemã e do sufrágio universal, em 1863 criou a Associação Geral dos Trabalhadores Alemães. Depois mudou-se para a Suíça, onde morreu em duelo, perto de Genebra. Foi considerado o principal precursor da socialdemocracia alemã. Defendia, no entanto, a colaboração de classes para a implementação de medidas sociais, tendo colaborado com o chanceler prussiano, Otto von Bismarck. Lassalle advogava o estabelecimento de cooperativas de trabalhadores para a "recuperação" dos lucros.

¹⁰⁰³ "A literatura socialista e comunista de França, que nasceu sob o jugo de uma burguesia dominante e é a expressão literária da revolta contra esta dominação, foi introduzida na Alemanha no momento em que a burguesia começava a sua luta contra o absolutismo feudal. Filósofos, semifilósofos e diletantes alemães lançaram-se avidamente sobre esta literatura, mas esqueceram que com a importação da literatura francesa para a Alemanha não foram importadas, ao mesmo tempo, as condições sociais da França. Nas condições alemãs, a literatura francesa perdeu toda a sua significação prática imediata e tomou um caráter puramente literário... Para os filósofos alemães do século XVIII, as reivindicações da primeira Revolução Francesa não eram mais do que as reivindicações da "razão prática" em geral, e as manifestações da vontade da burguesia revolucionária de França não exprimiam aos seus olhos mais do que as leis da vontade pura, da vontade tal como deve ser, da vontade verdadeiramente humana. Todo o trabalho dos literatos alemães reduziu-se unicamente a pôr as novas ideias francesas de acordo com a sua velha consciência filosófica ou, mais exatamente, a assimilar as ideias francesas partindo do seu ponto de vista filosófico. É assimilaram-nas como se assimila em geral uma língua estrangeira: pela tradução...".

(que em 1864 possuía 4.600 membros, espalhados em 50 agrupamentos; em 1875 o número de membros chegou a 15.322) através do trabalho de divulgação e propaganda, no qual o jornal *Sozialdemokrat* teve um importante papel.

Na França, o desgastado governo bonapartista buscava, em 1870, recuperar prestígio no plano internacional. Invocando dívidas antigas, Napoleão III passou a negociar com a Prússia tentando obter de volta a região da Renânia, sem sucesso. Em seguida voltou sua atenção sobre a Bélgica, contra o que Bismarck alegou não estar interessado em desencadear um conflito com a Inglaterra. O imperador francês propôs ainda a compra do Luxemburgo ao rei holandês, porém o território pertencia à Confederação Germânica do Norte e estava ocupado por tropas prussianas. Os ânimos se acirraram e por meio de uma conferência internacional foi decidido que Luxemburgo deveria constituir território neutro, sendo dali retiradas as tropas prussianas.

A crise diplomática deflagrada servia inteiramente aos interesses de Bismarck em unificar a Alemanha. Sua proposta era suscitar o entusiasmo que adviria de um conflito armado com a França, que era anunciada pelas investidas francesas para ganhar territórios confederados; o conflito significaria o passo final na consecução da unidade alemã, ou, nas palavras do próprio Bismarck: "A Nação não podia unir-se estreitamente, a não ser num movimento de cólera comum". A unificação alemã sob hegemonia prussiana encontrava resistência, além dos Estados germânicos do Meno e do Sul, dentro da própria Federação Germânica do Norte. Havia conflito de interesses com o rei de Württemberg e hostilidades manifestas por parte de Schleswig, Hannover e Hesse, por tratarem-se de territórios recém-conquistados em guerras, que nunca passaram por um plebiscito que legitimasse sua ocupação, bem como da Baviera. Politicamente, Bismarck encontrava oposição apenas do Partido Patriótico, que conquistara maioria na Câmara dos Deputados de Munique. Somente uma guerra poderia provocar entre os habitantes do Sul um entusiasmo nacional capaz de afogar as resistências.

A causa imediata (ou formal) do conflito franco-prussiano foi a vacância do trono espanhol após a batalha de Alcolea (o primeiro passo rumo a revolução de 1868 na Espanha) e a consequente abdicação da rainha Isabel II (1830-1904). Candidatava-se ao trono o príncipe Leopoldo de Hohenzollern-Sigmaringen, primo do rei Guilherme I da Prússia, apesar de a linha de sucessão apontar diretamente para Afonso XII (filho da rainha destronada). As ambições do Hohenzollern, que desenhavam a aliança hispano-prussiana, alarmaram o Império francês com a possibilidade de seu estrangulamento pelos domínios prussianos. Uma guerra com a França era o melhor meio de estimular um nacionalismo alemão na Baviera e no Württemberg, e também nos demais estados do sul do Meno. O estrategema de Bismarck baseava-se em que seu contato pessoal com Napoleão III, no período em que fora embaixador na França (1862), já o havia convencido de tratar-se de um político ingênuo. Em junho de 1870, Leopoldo declarou sua disposição em assumir o trono da Espanha e, em resposta, o governo francês expressou seu repúdio à possibilidade de um estrangeiro subir ao trono de Carlos V. O conflito armado se anunciava a partir da ameaça prussiana de estrangular, geograficamente, o império francês. Mas a relutância de Guilherme I em conduzir seu Estado a uma guerra contra a França levou à declaração de seu primo Leopoldo renunciando a sua candidatura ao trono da Espanha.

A crise diplomática parecia ter chegado a um fim, não fosse a intenção de Napoleão III em conseguir garantias de Guilherme I no sentido de que jamais um Hohenzollern, novamente, se candidataria ao trono espanhol. Como essas garantias não fossem satisfeitas, Bismarck achou o pretexto diplomático para a ação bélica que almejava. Em 15 de julho de 1870, o rei prussiano decretou a mobilização geral de suas tropas, mais de um milhão de homens, metade dos quais já eram militares experimentados em outros conflitos. Foram mobilizados três corpos de exército para guarnecer as fronteiras com Áustria e Dinamarca, prevendo uma provável aliança destes países com a França (o que não ocorreu). Em decorrência, no dia 19 de julho de 1870, a França declarou guerra à Prússia. Napoleão III teve que se deparar com a declaração de neutralidade da Áustria, Itália e Rússia; e do lado prussiano, todos os Estados germânicos

aderiram ao conflito. A intenção de Bismarck em cooptar os Estados reticentes ainda sob influência austríaca foi bem sucedida, pois logo no início da guerra a Prússia contou com o apoio incondicional de todos os Estados germânicos meridionais. Desenhava-se a unificação alemã nos termos de Bismarck. Ambas as forças estavam em mãos de experientados estrategistas. A Prússia contava com o conde Von Moltke, que havia ocupado o cargo de Marechal Chefe do Estado Maior por 30 anos, durante os quais liderou as tropas prussianas na “Guerra dos Ducados contra a Dinamarca” e na Guerra das Sete Semanas de 1866. As tropas francesas estavam entregues às ordens de Patrice-Maurice MacMahon.

Em 2 de agosto de 1870, os combates franco-prussianos começaram. A superioridade do armamento, do treinamento e do comando da tropa prussiana não demorou em ser comprovada. A ineficácia das tropas francesas se deparou com a eficiência e disciplina da máquina prussiana e sua guerra de movimentos, evidenciando uma superioridade que desde o início do conflito já determinava quem sairia vencedor. A Prússia dispunha do efetivo militar mais numeroso da Europa, após as reformas empreendidas por Bismarck entre 1862 e 1863. As forças francesas, compostas pelo exército do Segundo Império e pelas tropas improvisadas do Governo de Defesa Nacional, que não contava com veteranos, não somavam mais que 264 mil homens contra um milhão de prussianos. A concepção clauzewitziniana de guerra de movimentos confrontou-se com a arcaica mentalidade militar francesa, que remontava ainda às guerras napoleônicas de 1792. Os suprimentos das tropas de Napoleão III eram deploravelmente impróprios, e um de seus generais em certa ocasião foi incapaz de localizar um exército que presumia comandar. As armas ofensivas utilizadas por ambas as forças eram muito superiores aos mosquetes do período napoleônico, mas o canhão prussiano tinha alcance de tiro três vezes maior que o francês. Assim como os demais conflitos militares do século XIX, a guerra franco-prussiana teve curta duração e rápida decisão, pois sua lógica militar previa o enfrentamento do grosso das forças militares logo nos primeiros embates.

A ofensiva inicial foi desencadeada pelo exército prussiano, partindo do Sarre e penetrando, com três exércitos, na Alsácia e na Lorena, impondo esmagadoras vitórias iniciais em Wissenburg (no dia 4 de agosto) e em Froeschwiller (em 6 de agosto), tendo sido os cavaleiros coraçoados franceses obrigados a recuar. Em 16 e 18 de agosto as forças prussianas, lideradas pessoalmente por Von Moltke, se enfrentaram em Saint-Privat e em Gravelotte com o marechal Bazaine, incumbido de guarnecer Metz, onde ficou encurralado junto de cinco corpos de seu exército. A batalha mais sangrenta de 1870 foi, além de Saint-Privat, a de Rezonville, que contabilizaram, cada uma, cerca de 33 mil mortes. Em outubro de 1870, assistiu-se ainda ao êxodo de Saint-Cloud, em virtude da violência dos enfrentamentos e das consecutivas derrotas francesas. Mas a destruição total das tropas imperiais foi impedida por MacMahon, que conseguiu recuar até Chalons, onde recompôs suas tropas com reforços vindos de Paris. Sua intenção era libertar as tropas de Bazaine em Metz; porém, foram encurralados pelos alemães e obrigados a travar o mais decisivo combate da guerra.

A batalha de Sedan, travada no dia 1º de setembro de 1870, efetivamente decidiu a guerra franco-prussiana. As tropas francesas, comandadas pelo conde MacMahon, substituído no próprio campo de batalha pelo general Manuel Félix de Wimpffen, se defrontaram com a força prussiana que obedecia às ordens diretas de Von Moltke. Em 2 de setembro, apenas um dia depois, houve a capitulação francesa, incondicional. No dia seguinte, um emissário de Napoleão III levou mensagem ao rei da Prússia: “Meu irmão: já que não me foi concedido morrer em meio às minhas tropas, não me resta outro remédio senão depor minhas armas em suas mãos”. No dia 3 de setembro, Napoleão III foi publicamente humilhado e levado ao cativeiro, iniciando seu desterro definitivo. A ocupação prussiana de boa parte do território francês foi vivida como uma suprema humilhação, da qual deixou testemunho a literatura (*Boule de Suif* de Guy de Maupassant).

Para maior humilhação francesa, foi em Versalhes, o histórico palácio real da França, que o rei Guilherme I da Prússia foi proclamado imperador (*Kaiser*) da Alemanha, em janeiro de 1871:

"A unidade alemã é um acontecimento mais importante do que a Revolução Francesa do século passado", disse então o premiê britânico Benjamin Disraeli. A unidade alemã, no entanto, não resultou da vontade expressa do povo, mas de um pacto entre os príncipes, isto é, foi realizada "de cima para baixo" e com a supremacia esmagadora da Prússia. Depois de derrotar a França, Prússia tornou-se a maior potência militar da Europa continental e impôs aos outros estados alemães (exceto Áustria, Luxemburgo e Liechtenstein), a unificação num novo Império Alemão (o II Reich) liderado pelo rei da Prússia, completando a unificação da Alemanha no sentido da "pequena solução", e conquistando a Alsácia e a Lorena da França.¹⁰⁰⁴

Após o fim do conflito, a guerra franco-prussiana contabilizou um total de mais de 600 mil mortos. Para a Prússia, o fim da guerra foi associado à maior realização política de Otto von Bismarck: a unificação alemã. Seu plano político teve êxito com a inclusão dos Estados do Sul no projeto que substituiu a Federação Germânica do Norte, convertendo o rei da Prússia, Guilherme I, em Kaiser da Alemanha. A guerra desencadeou um surto de entusiasmo patriótico, conforme esperado por Bismarck e, ao longo do conflito armado, foram sendo lavrados tratados tanto com os Estados da Federação como aqueles que resistiam ao projeto centralizador prussiano, no qual se desenhou finalmente o projeto político de unificação alemã em um império sob a dinastia dos Hohenzollern. O projeto de unificação alemã encontrou oposição, novamente, do próprio soberano prussiano que, satisfeito com a Federação Germânica do Norte, aceitou a coroa somente depois de sofrer pressões por parte dos príncipes e dos Estados que se incorporariam ao novo império.

Para o soberano, a unificação não tinha o sabor de vitória como para Bismarck; chegou a afirmar ao seu filho que se tratava de "uma cruz que haveria de pesar sobre suas costas e sobre a Casa Real da Prússia". As negociações que levaram à efetivação do Império passaram ainda por discussões com os soberanos de Württemberg, Hesse, Baden e Baviera. A este último (Luis II) foi concedido o comando supremo do exército, na barganha pela aceitação do projeto. Todos os acordos firmados durante o período de guerra foram submetidos à votação no *Reichstag*, onde a união dos Estados do Norte e do Sul foi ratificada por 102 votos contra 48. O *Reichstag* era eleito por sufrágio censitário, mas tinha influência limitada pelo poder imperial. O chanceler do Império, embora só prestasse contas ao imperador, era obrigado a procurar apoio para a sua política no parlamento. Tratava-se de um aparelho de Estado centralizado na figura do Kaiser. A estrutura política do império permaneceria inalterada até o término da Primeira Guerra Mundial.

Prússia manteve a hegemonia na condução do novo império, não apenas por ter liderado a Federação Germânica do Norte, possuir o mais poderoso exército da Europa e por ter liderado a vitória militar sobre a França: Prússia compreendia 351 mil quilômetros quadrados dos 541 mil que compunham o império, com mais de 5 milhões de habitantes, do total de 41 milhões de alemães. Além disso, Guilherme I, além de Kaiser, continuaria sendo rei da Prússia. A Constituição promulgada para a Federação Germânica do Norte, após modificações, foi aceita para a nova nação. O novo Reich, pouco mais extenso que a França, abrangia a Alemanha do Sul, particularista, sobretudo agrícola, a Alemanha média, fracionada, montanhosa, mineira e florestal, a Alemanha renana, que alcançara recentemente uma fortuna industrial e comercial de primeira ordem, a Saxônia, de uma grande riqueza rural e industrial, a vasta planície do Norte, muito mais pobre, mas com costas para dois mares e controlada em grande parte pela Prússia. Do ponto de vista religioso, a Oeste e ao Sul prevaleciam os católicos, ao Norte a ao centro, os protestantes. Havia três claras minorias: a polonesa e católica a Leste; Alsácia e

¹⁰⁰⁴ Monetariamente, a ruptura com o passado foi simbolizada pela adoção de uma nova moeda, o marco de 100 *Pfennig*, cujo valor era sustentado em boa parte por ouro obtido através das indenizações de guerra pagas pela França: um marco passou a ser equivalente a 0,3982 gramas de ouro com título de 90%. Os táleres continuaram a circular, como moedas de três marcos. A Áustria ficou fora dessa unificação, mas também redefiniu seu *Gulden* segundo o padrão ouro, 0,80645 gramas de ouro a 90% até 1892, quando criou uma nova moeda chamada *Krone* ou coroa.

Lorena a Oeste, sobretudo católica; a dinamarquesa ao Norte. A grande propriedade dominante ao Norte, a média e a pequena ao Sul e o Oeste. Ao todo, uma grande diversidade, muitos arcaísmos, o respeito à farda, à função pública, à autoridade em geral, o acatamento a um paternalismo atuante, o orgulho popular da tarefa cumprida em comum. O Reich passou a comportar em sua estrutura política o *Bundesrath*, que designava o conjunto dos Estados que compunham o império, e o *Reichstag*. Apesar de ser composto por meio do sufrágio universal, Bismarck concedeu poderes limitados aos parlamentares, concentrando poderes muito mais amplos nas mãos do imperador.



Tratava-se de um aparelho de Estado centralizado na figura do Kaiser. Essa era a resposta à pergunta de Engels: "Mas como unir as forças de toda a nação [alemã]? Três vias se apresentavam após o malogro das tentativas de 1848 – que, embora muitas vezes nebulosas, contribuíram não obstante para dissipar algumas nuvens". Depois de tecer considerações sobre as duas primeiras vias, "a abertamente revolucionária" (como a unificação italiana, que Engels, equivocada ou exageradamente, considerou como tendo "enveredado por esse caminho") e "a unificação sob a égide da Áustria", deteve-se sobre a terceira, "a unificação sob a égide da Prússia". Com esta última, a que efetivamente se verificou, descemos, afirmava Engels, "do domínio da especulação para o terreno mais sólido, embora bastante sórdido, da política realista que foi praticada".

Do conjunto do processo, Engels concluiu: "A desgraça da burguesia alemã consiste em que, seguindo o costume favorito alemão, chegou demasiado tarde... Desse modo à Prússia correspondeu o peculiar destino de culminar no final deste século, e na forma agradável do bonapartismo, sua revolução burguesa que se iniciou em 1808-1813, e que deu um passo à frente em 1848. E se tudo caminha bem, se o mundo permanece quieto e tranquilo, e nós chegarmos à velhice, talvez em 1900 vejamos que o governo prussiano acabou realmente com as instituições feudais e que a Prússia alcançou por fim a situação em que se encontrava a França em 1792".¹⁰⁰⁵ Ou ainda: "Bismarck realizou a vontade da burguesia alemã contra a vontade desta. Os burgueses alemães continuavam a mover-se na sua famosa contradição: por

¹⁰⁰⁵

Friedrich Engels. Prefácio. *La Guerra de Campesinos en Alemania*. Buenos Aires, Claridad, 1971.

um lado, reivindicavam o poder político para si sós. Por outro lado, reclamavam uma transformação revolucionária das estruturas da Alemanha - o que só era possível com o recurso à violência, logo com uma verdadeira ditadura. Ora, desde 1848, a burguesia, em todos os momentos decisivos, deu sempre a prova de que não possuía nem sombra da energia necessária para realizar uma dessas tarefas, quanto mais as duas! Nas condições alemãs de 1871, Bismarck estava efetivamente voltado a conduzir uma política de tergiversação entre as diversas classes. A única coisa que importava era saber que objetivo prosseguia a sua política. Se, qualquer que fosse o seu ritmo, ela se dirigisse, conscientemente e resolutamente, para o reinado final da burguesia, estaria em harmonia com a evolução histórica - até ao ponto, evidentemente, que esta fosse compatível com a existência de classes possuidoras. Se a sua política se propunha a conservação do velho Estado prussiano e a prussificação gradual da Alemanha, era reacionária e acabaria por fracassar”.¹⁰⁰⁶

No âmbito interno, Bismarck perseguiu todos aqueles que se opuseram a sua política, em especial os católicos, contra os quais liderou em 1872 a *Kulturkampf*, sustentada pelos luteranos e nacionais-liberais, cujo alvo era a Igreja em razão de seu apoio aos ainda descontentes Estados do sul, alsacianos-lorenos e poloneses. Outro importante fator que opunha a política de Bismarck aos interesses da Igreja remontava ao dogma da infalibilidade papal (promulgado em 1871), por ter inaugurado uma fase de intervenções diretas da autoridade católica em assuntos seculares. Perseguiu ainda os socialistas bem como os liberais, aos quais acusou de “apátridas”. Além disso, uma série de leis promulgadas entre 1872 e 1875 resultou na expulsão dos jesuítas de todo o país e no controle total dos seminários por parte do Estado, incluindo as nomeações de padres e bispos, por meio das “Leis de Maio”. Instalado o período de perseguições aos clérigos, seis dos dez bispos católicos no Estado da Prússia foram presos e centenas de padres expulsos da Alemanha. Bismarck teve que se defrontar com a maior resistência que havia encontrado até ali: o Partido Católico ou *Zentrum*, que imediatamente correu em socorro dos religiosos perseguidos pelo Império. Tornou-se o maior partido político da Alemanha, conseguindo eleger um quarto das cadeiras para as eleições do Reichstag, em 1874.

Paralelamente, crescia também o partido socialdemocrata. O termo “socialdemocracia”, que se identificou com o socialismo alemão, foi cunhado na época do nascimento do movimento político operário na Europa. Originalmente, expressava o esforço dos democratas para obter reformas políticas e sociais. Nesse sentido já se falava na França de *démocratie sociale* na década de 1840. Durante a revolução de 1848-49, a expressão ganhou à Alemanha. Os democratas do Sul oeste de Alemanha que se agruparam ao redor de Gustav Von Struve e Friedrich Hecker se chamaram de “socialdemocratas” em março de 1848. Durante a revolução alemã, o movimento operário reivindicou a expressão para sua própria organização. Marx e Engels questionaram em março de 1850 o uso do termo “socialdemocrata” pelos “pequenos burgueses republicanos”, defendendo seu conteúdo proletário-revolucionário. Nas décadas de 1850 e 1860, o termo representou, para a burocracia reacionária do Estado prussiano, a quintessência das tendências subversivas.

Johann Baptist von Schweitzer tornou a reivindicar o termo para o movimento operário, dando ao jornal que fundou em 1874 o nome de *Der Sozial Demokrat* e impulsionando a criação do “partido socialdemocrata”. Em 1875, no Congresso de Gotha, as duas organizações políticas dos operários socialistas da Alemanha, os eisenachianos (marxistas) e lassallianos, fundiram-se em um único partido. Nasceu assim o Partido Socialdemocrata da Alemanha (*Sozialistische Partei Deutschland*, SPD). Apesar das críticas da Marx e Engels ao programa aprovado, no qual os socialistas internacionalistas (isto é, os “marxistas”) haviam feito concessões “injustificáveis” às ideias cooperativistas de Lassalle, ele representou um importante acontecimento para o proletariado alemão, que agora dispunha de um forte instrumento para

¹⁰⁰⁶ Friedrich Engels. *Violência e Economia na Instauração do Novo Império Alemão*. Porto, Escorpão, 1974.

se lançar na luta política. “Mais vale um passo adiante do movimento real do que uma dúzia de programas”, foi a sentença de Marx a respeito. A Associação Geral dos Operários Alemães de Lassalle tinha sido o grupo mais numeroso na fusão que deu origem à socialdemocracia alemã. As leis eleitorais alemãs não eram uniformes: em onze estados existia o sistema eleitoral por classes, dependente dos impostos pagos pelo eleitor e, em outros quatro, mantinha-se a representação por corporações. Bismarck combateu, no interior, a ala esquerda da burguesia liberal, os políticos católicos e, principalmente, o movimento operário organizado, que reprimiu tanto quanto pode. A partir da mediação e resolução de assuntos internacionais destacou-se a atuação do chanceler alemão como “árbitro da Europa”. Bismarck governou o Império por 19 anos, fortalecendo sua posição na Europa através de uma política de paz (armada) e de alianças.

Em 1878, Bismarck teve papel decisivo no Congresso de Berlim, que pôs fim ao conflito entre Rússia e Turquia; em 1882, definiu a Triplice Aliança com a Áustria e a Itália (cujo objetivo era isolar a França e conter a Rússia, desenhando ainda a reconciliação nas relações austro-prussianas); e, em 1887, sua atuação levou ao “Tratado de Reasseguro” com a Rússia. Porém, no âmbito interno o político prussiano estava em franca decadência. O “chanceler de ferro”, frio, calculista, carente de escrúpulos e disseminador da ideia do “inimigo hereditário”, ruía, no entanto ao passo da construção de uma política externa que conquistava progressivamente inimigos poderosos. Com Bismarck, a Alemanha procurou recuperar o terreno perdido na corrida imperialista das grandes potências na Ásia e África (as Américas nada mais eram do que um destino migratório, em especial os EUA), e sediou a Conferência de Berlim, que, entre novembro de 1885 e fevereiro de 1886, procedeu à partilha europeia da África, graças à preponderância de Bismarck nas relações internacionais intra-europeias: “Foi a intervenção da Alemanha na África Oriental que precipitou o movimento [de partilha]”.¹⁰⁰⁷ A participação do país no movimento colonial africano, porém, deu-se em proporções modestas, no Togo, Camarões, o Sudoeste Africano e os territórios da África Oriental Alemã. E Bismarck não conseguiu manter sob seu controle seus próprios agentes colonialistas, que ignoravam as fronteiras acordadas com as outras potências, impondo despesas inesperadas ao Estado alemão. A política africana de Bismarck estava mais determinada pela conjuntura europeia, mas teve o efeito (nefasto) duradouro de impor unidades políticas baseadas em fronteiras artificiais na África.

Fracassado relativamente da África (no objetivo vital de constituir um império colonial alemão no continente), em crise na sua política intra-europeia (pela oposição crescente e cada vez mais organizada da França e da Inglaterra, rivais históricas que se aproximaram diante da emergência alemã), e cada vez com maior oposição política interna (católica, liberal e socialista), a posição política de Bismarck, outrora sólida e poderosa, começou a enfraquecer. Os antagonismos da política do “sangue e aço” inviabilizaram a própria existência política de Bismarck. A morte de Guilherme I, com 91 anos, no dia 9 de março de 1888, levou ao trono Frederico III (Frederico III da Prússia) que, já arrasado pelo câncer, ocupou apenas por dois meses de trono. O novo Kaiser, Guilherme II, adversário da política de Bismarck, demitiu-o no dia 20 de março de 1890. A queda de Bismarck provocou o desmembramento da rede de alianças construída no cenário internacional; o tratado de resseguro com a Rússia não foi mais renovado. Bismarck terminou vítima do seu próprio sistema, não sem antes ter dado a impulsão decisiva para a criação da Alemanha e de um novo sistema político de equilíbrio político europeu.

Da multiplicidade de particularismos feudais e regionais que a compunham, Alemanha nasceu, no século XIX, a partir do processo de modernização da Prússia, que se iniciou em 1808-1813 como resposta às invasões napoleônicas; se aprofundou, a partir de 1848, como resposta à revolução desse mesmo ano, e culminou na unificação em 1871. A questão da servidão agrária

¹⁰⁰⁷

Henri Brunschwig. *Le Partage de l'Afrique Noire*. Paris, Flammarion, 1971, p. 83.

foi resolvida através de reformas sucessivas. No Sul e no Oeste do país, predominou a pequena propriedade; já no Leste a agricultura *junker* (baseada nas antigas grades propriedades) tendeu a transformar os antigos camponeses subordinados a ela em assalariados do campo.

Nos três momentos mencionados, a transformação se fez sempre "por cima", pelas mãos do Estado. Alemanha ingressara, apesar de tudo, no caminho da transformação capitalista, através da "unificação sob a égide da Prússia" evocada por Engels. Durante o último quartel do século XIX, o espantoso desenvolvimento econômico alemão levou a um aumento da população (de 41 milhões, em 1871, para 61 milhões, em 1910), não afetada pela grande migração alemã para as Américas, e com grande aumento da exportação. A siderurgia desenvolveu-se com firmas poderosas, como Krupp e Thyssen. Na indústria química, os fertilizantes melhoravam a agricultura e os explosivos repercutiam no campo militar, ampliando a produção armamentista. A indústria se organizou com base em monopólios (*konzern*) nascidos com base na rápida monopolização industrial, que pulara a etapa das oficinas artesanais e da manufatura. As ferrovias mais do que triplicaram em 40 anos, até atingir 61 mil quilômetros em 1910; a interligação ferroviária com outros países colocou a Alemanha no centro de uma rede europeia. A construção de canais melhorou a rede fluvial e houve grande ampliação das linhas marítimas e da marinha mercante. A produção de carvão na Alemanha era, em 1860, de pouco mais de 15 milhões de toneladas anuais (contra 85 milhões na Grã-Bretanha); em 1900, a produção alemã quase decuplicara (110,7 milhões de toneladas anuais) enquanto a inglesa (226,8 milhões de toneladas anuais) nem sequer triplicara. A produção de aço passou de 0,3 milhões de toneladas anuais em 1870 para espantosos 7,3 milhões de toneladas anuais em 1900, em um ritmo de crescimento bem superior ao de todos os outros países da Europa (mas inferior ao experimentado, no mesmo período, pelos EUA).¹⁰⁰⁸

De 1781 a 1900 houve, na Alemanha, um forte decréscimo da taxa de mortalidade e aumento da natalidade, representando um aumento populacional, como resultado da relativa estabilidade econômica e prosperidade material, possibilitada entre outras medidas pelos estímulos à imigração. O crescimento dos grandes centros provocou um esvaziamento dos campos e a mudança das antigas atividades agrárias e pastoris (como exportação de cereais e criação de gado bovino) para a consolidação de uma economia predominantemente industrial. Logo se esboçou a fisionomia de um mundo de negócios organizado em cartéis visando a venda maciça de produtos tanto no exterior como no interior: têxteis, metalurgia, química e construção, distribuídos principalmente entre a Renânia, a Saxônia, Berlim e os portos do Mar do Norte, graças a uma rede ferroviária e navegável de primeira ordem, e a um movimento marítimo em constante expansão. Todo o aparelho político do Reich foi mobilizado no intuito de consolidar a economia nacional do império. Três medidas foram determinantes: a criação de um sistema único de pesos e medidas; a criação do *mark* (a moeda federal alemã); e a unificação da legislação comercial, a *Reichsrecht bricht Landsrecht*. Paralelamente, cresceu enormemente a rede bancária. O novo *capital financeiro* resultante da fusão entre capital bancário e industrial teve seu centro de expansão na Alemanha.

Em 1871, ano no qual a França foi derrotada na guerra franco-prussiana e em que nasceu a Alemanha unificada, começou uma nova época nas relações internacionais que terminaria em 1914-1918, com a catástrofe da Europa na Primeira Guerra Mundial. A fundação do Império Alemão, realizada em três guerras de unificação e acompanhada de uma industrialização muito veloz, completou a reestruturação do sistema europeu de Estados. Esses processos transformaram o antigo "vácuo de poder" no centro da Europa em uma superpotência continental. Entre 1871 e 1914, o Império Alemão influenciou o caráter das relações internacionais mais fortemente do que todos os outros grandes países. A Alemanha passou a exercer sua hegemonia sobre o continente e, depois de 1897, agiu como uma potência

¹⁰⁰⁸ William Ashworth. *Breve Storia dell'Economia Mondiale*. Bari, Laterza, 1976.

mundial não satisfeita. O medo frente ao domínio alemão da Europa e às ambições alemãs em escala mundial superou as rivalidades; as linhas de conflito tradicionais entre Inglaterra, França e Rússia, ficaram subordinadas, concentrando a orientação da política exterior desses Estados numa aliança defensiva contra a Alemanha.

O triunfo dos nacionalismos, na Alemanha e na Itália, dissolveu vários pequenos países que, até aquela época, desempenhavam o papel de Estados-tampão entre as grandes potências, subtraindo destas últimas o campo de expansão dentro da própria Europa. Da mesma forma, a parte europeia do decadente Império Otomano deixou de ser, para as grandes nações, uma área de expansão moderadora de conflitos, e transformou-se em uma região explosiva (que acabaria por produzir a centelha inicial da Primeira Guerra Mundial). Depois de 1871, o sistema de Estados não retomou os objetivos do “concerto europeu”, com suas bases no equilíbrio de poder westfaliano, baseado em normas e consensos, e não na ameaça; a partir de 1890, o consenso foi destruído. A ausência de alianças permanentes no “sistema de Viena”, e as alianças frouxas e ocasionais das grandes potências, em tempos de crise, cederam lugar, após 1879, a um sistema de alianças permanentes, mesmo em tempos de paz. Essas alianças transformaram-se, até 1907, na bipolaridade de dois blocos de poder (Tríplice Aliança: Alemanha, Áustria-Hungria, Itália; Tríplice Entente: França, Rússia, Grã-Bretanha).

No âmbito mundial, o período entre 1871 e 1914-1918 caracterizou-se pelo apogeu da hegemonia global europeia. O novo imperialismo forçou a entrada no sistema internacional europeu daquelas partes do mundo que ainda se encontravam fora. Com isso, completou-se a construção da rede global de relações econômicas, estratégicas e políticas que foram dominadas pelos principais Estados da Europa. Isso ocorreu de forma violenta, principalmente na partilha da África, da ocupação territorial de grande parte da Ásia e da abertura da China. Após essa segunda onda de expansão colonial, não havia mais no mundo qualquer “vácuo de poder”. Com exceção da Áustria-Hungria, todas as grandes potências europeias, bem como os Estados Unidos e o Japão, entraram no círculo das potências coloniais. Durante o período de 1871 até 1914, as potências principais alcançaram sua hegemonia, direta ou indireta, com relativa facilidade. Nunca, na história mundial, a brecha militar, tecnológica e econômica entre os Estados industrializados da Europa e o resto do mundo foi ou seria maior. Esta supremacia uniu-se, no final do século XIX, com uma decidida vontade europeia de dominar o mundo. Os limites do poder europeu em escala mundial, porém, já eram perceptíveis.

Internamente, o sistema europeu de Estados manteve, após 1871, sua hierarquia e estratificação entre, de um lado, as cinco grandes potências (Alemanha, França, Grã-Bretanha, Rússia e Áustria-Hungria) e, de outro, as potências de segunda e terceira categoria. Embora as grandes potências fossem as mesmas da primeira metade do século XIX, a balança de poder entre elas alterou-se significativamente. A Prússia, inicialmente a mais fraca das cinco, catapultou-se (com o Império Alemão) para uma posição de potência hegemônica no continente. A França perdeu em 1870-1871 seu potencial de hegemonia. A monarquia austro-húngara correu o perigo de deixar o círculo das grandes potências, devido a problemas internos, originados na heterogeneidade nacional-étnica do Estado e no atraso econômico. A Rússia combinou sua força de país mais populoso da Europa com a fraqueza do seu atraso industrial.

O teste decisivo para o status de grande potência continuou sendo a capacidade de fazer a guerra. Tal capacidade, porém, não mais correspondia apenas à força populacional de um Estado, vale dizer, ao número de soldados de infantaria, mas dependia crescentemente da força industrial. A dinâmica diferenciada na industrialização dos diversos Estados europeus, desde a segunda metade do século XIX, refletia-se na sua posição relativa de poder no sistema de Estados. Da mesma forma, a vantagem na industrialização da Europa (e dos Estados Unidos) embasava o seu domínio no sistema mundial. A origem social das pessoas imediatamente envolvidas nas relações internacionais (diplomatas, ministros), durante todo o século XIX,

apresentava uma continuidade: com exceção parcial dos franceses, elas vinham quase que exclusivamente da nobreza.

A maioria dos historiadores subdividiu as relações internacionais entre 1871 e 1918 em dois períodos, cuja dinâmica é derivada da política externa alemã. O primeiro estende-se de 1871 a 1890, quando a diplomacia da Europa e as relações internacionais foram dominadas pelas alianças do sistema de Bismarck. O segundo período vai da renúncia forçada de Bismarck (em 1890) até 1918; inicia-se com ofensivas alemãs na política externa e caracteriza-se por tensões crescentes, pela polarização em blocos de poder permanentes e pela Primeira Guerra Mundial. Sobre os princípios básicos que governaram o funcionamento do sistema europeu de Estados nessa época, existem duas visões. A primeira supõe a existência de um equilíbrio de poder entre as potências. A segunda abordagem encara a hegemonia alemã como característica das relações internacionais no continente. Argumenta-se que o equilíbrio de poder (isto é, o princípio básico de que nenhuma potência poderia dominar o continente) teria tido real validade nas relações internacionais, mesmo no último quartel do século XIX, com um equilíbrio instável e tenso entre os dois blocos de poder em formação. Esse equilíbrio teria sido seriamente ameaçado pela Alemanha e seus aliados apenas a partir de 1905.

Contrariamente, argumenta-se que a ideia de equilíbrio de poder entre as grandes potências continentais corresponderia somente aos interesses britânicos, tendo pouca relevância prática no continente como princípio básico consensual. A *segurança* teria sido o conceito dominante. A paz depois de 1871 não se fundamentou no “consenso moral” precedente, mas na superioridade militar alemã sobre a França. A definição britânica de equilíbrio seria unilateral, uma vez que se relacionaria só com a Europa, sem levar em conta o poder britânico além-mar. Os alemães tentaram substituir essa definição britânica pela sua própria, que possibilitaria à Alemanha estabelecer-se como potência mundial: a Alemanha tornou-se potência europeia hegemônica após a vitória sobre a França, mas Bismarck manteve o *statu quo ante* mediante sua diplomacia.¹⁰⁰⁹ Embora fosse a maior potência militar e industrial do continente depois de 1871 e tivesse potencial hegemônico (entendido como “a habilidade do mais poderoso dos Estados para determinar a natureza da sociedade e seu exercício”),¹⁰¹⁰ Alemanha não chegou a transformar esse potencial em uma prática política imperialista consistente. A política exterior da Alemanha, até 1890, era guiada mais pela pressuposta vulnerabilidade do país a coalizões inimigas do que por seu poder como primeira potência no continente. Embora o potencial militar e econômico permitisse uma predominância do Império Alemão, sua cautelosa política e as relações entre os outros países fizeram que as relações internacionais até 1890 fossem relativamente equilibradas.

Em outubro de 1873, Bismarck negociou a “Liga dos Três Imperadores” (*Dreikaiserbund*) entre os monarcas da Áustria-Hungria, Rússia e Alemanha. Este acordo falhou porque a Áustria-Hungria e a Rússia tinham interesses conflitantes nos Bálcãs, o que fez com que a Alemanha e Áustria-Hungria formassem uma aliança em 1879, chamada de Aliança Dupla. Isto foi visto como uma forma de combater a influência russa nos Bálcãs, enquanto o Império Otomano continuava a se enfraquecer. Em 1882, esta aliança foi ampliada para incluir a Itália, no que se tornou a Tríplice Aliança. Depois de 1870, um conflito europeu foi evitado em grande parte através de uma rede de tratados cuidadosamente planejada entre o Império Alemão e o resto da Europa, orquestrada por Bismarck. Ele trabalhou especialmente para manter a Rússia ao lado da Alemanha, para evitar uma guerra de duas frentes com a França e a Rússia. O poder industrial e econômico dos alemães havia crescido muito. Desde meados da metade dos anos 1890, o governo de Guilherme II usou essa base para dedicar significativos recursos

¹⁰⁰⁹ Adam Watson. *A Evolução da Sociedade Internacional. Uma análise histórica comparativa*. Brasília, UnB, 2004.

¹⁰¹⁰ Adam Watson. *The Limits of Independence. Relations between states in the modern world*. Londres, Routledge, 1997.

econômicos para a edificação do *Kaiserliche Marine* criada pelo almirante Alfred von Tirpitz, em rivalidade com a Marinha Real Britânica na supremacia naval mundial.



Otto von Bismarck, o "chanceler de ferro", fotografado no seu apogeu

Depois de 1890, a Alemanha reivindicou um status político internacional correspondente ao seu poderio econômico e, ao mesmo tempo, França conseguiu quebrar seu isolamento, concluindo uma aliança com a Rússia em 1894. Entre esses blocos em formação, estabeleceu-se uma espécie de equilíbrio, que não pode ser visto como parte da tradição dos princípios do "Concerto Europeu": era mais um equilíbrio inspirado por medo mútuo - uma "paz armada"; desafiado desde o início, mais parecido com uma situação de guerra latente do que com o "consenso" da tradição anti-hegemônica europeia. Durante o século XIX, graças à impulsão produtiva, comercial e financeira pós-unificação nacional, o crescimento econômico da Alemanha foi, com grande vantagem, o maior da Europa, deixando atrás à Inglaterra.¹⁰¹¹

PIB dos países europeus no século XIX (em bilhões de dólares de 1960)

	Alemanha	Inglaterra	Rússia	Áustria	França	Itália
1830	7,235	8,245	10,550	7,210	8,582	5,570
1840	8,320	10,431	11,200	8,315	10,335	5,951
1850	10,395	12,591	12,700	9,190	11,870	6,666
1860	12,771	16,072	14,400	9,996	13,326	7,466
1870	16,697	19,628	22,920	11,380	16,800	8,273
1880	19,993	23,551	23,250	12,297	17,381	8,745
1890	26,454	29,441	21,180	15,380	19,758	9,435
1900	35,800	36,273	32,000	19,400	23,500	10,820
1910	45,523	40,623	43,830	23,970	26,869	12,598
1913	49,760	44,074	52,420	26,050	27,401	15,624
1830-1913	688%	535%	497%	361%	319%	281%

¹⁰¹¹ Paul Bairoch. Europe's Gross National Product: 1800-1975. *Journal of European Economic History* nº 5, Londres, 1976.

A peculiaridade do desenvolvimento industrial alemão consistiu em que "por ser muito mais atrasada, devia criar toda sua indústria *ex novo*; foram os banqueiros e outros promotores os que as desenvolveram dentro do sistema das ações. A relação entre indústria e fazenda se estreitou, em setores como a mineração, metalurgia, construção de máquinas, química e material elétrico, que exigiam capitais e direitos de entrada mais elevados. Não era só que os bancos emitissem os valores das empresas novas, ou que se desenvolvessem, mas também que tinham interesse na transmissão dessas ações e exerciam uma influência contínua, inclusive controle, sobre as operações de câmbio. Ao aumentar a concentração financeira, alguns bancos importantes – os quatro D (*Deutsche Bank, Dresdner Bank, Darmstadter Bank, Discontogesellschaft*) chegaram a dominar setores inteiros da indústria e do comércio. Em nenhum outro país da Europa ocidental, exceto na Áustria com seu *Creditanstalt*, existia semelhante fenômeno".¹⁰¹²

O capitalismo alemão atingiu com velocidade recorde, na Europa, seu estágio monopolista, privado, no entanto, de um grande sistema colonial próprio, e carregando ainda o fardo de uma ordem política nobiliária anacrônica: "As tradições da vida parasitária perduram e se mantêm bem vivas na Europa Oriental: o *junker* alemão sabe gritar tão alto quanto o populacho esfarrapado da Roma Antiga",¹⁰¹³ dizia um observador na virada para o século XX. Na classe burguesa e nas classes médias um intenso nacionalismo se expandiu. A produção de armamentos foi se intensificando a ritmos cada vez mais velozes. O novo imperador alemão definiu assim a "vocalização alemã": "Política mundial como missão, potência mundial como objetivo, esquadra como meio". A ênfase dada à marinha decorria da concorrência com a Inglaterra e da intensificação dos interesses coloniais germânicos que, no entanto, ficaram atrasados em relação a um desenvolvimento capitalista interno que se potenciou graças a um forte estímulo e intervenção estatal (crédito industrial direcionado, estímulo ao desenvolvimento científico e tecnológico através das universidades humboldtianas).

No final do século XIX, a Alemanha industrial já tinha superado a Inglaterra, com um crescimento econômico que duplicara o da França e triplicara o da Itália. Seus expertos "geopolíticos", assim chamados pelo nome dessa nova disciplina nascida na própria Alemanha imperial, começaram a invocar a necessidade de um "espaço vital" (*Lebensraum*) para o gigante econômico da Europa continental, um espaço que não podia se limitar a um império colonial. Segundo o fabiano inglês H.G. Wells, o sucesso alemão se devia à devoção à educação. Alemanha era "de modo geral, a nação de maior serviço educacional do mundo": "A mesquinha inveja da classe dominante britânica, que nenhum orgulho patriótico nem impulso generoso jamais conseguiu vencer e que impedira a educação do homem na Inglaterra, foi destruída ante o crescente temor da eficiência germânica. Com efeito, a Alemanha entregara-se à organização da pesquisa científica e à aplicação do método científico ao desenvolvimento industrial e social, com fé e energia que jamais, em tamanho e grau, demonstrara antes qualquer outra comunidade... Alemanha liderou também o mundo em muitos aspectos de legislação social. A Alemanha compreendeu que a classe trabalhadora é um dos valores nacionais, que se corrompe com o desemprego e que, para o bem comum, deve ser objeto de cuidado dentro e fora das fábricas".

Em contraste, "o empregador britânico estava ainda sob a ilusão de que a classe trabalhadora não existia fora do seu trabalho nas fábricas, e quanto pior fosse a sua existência exterior tanto melhor de algum modo para ele".¹⁰¹⁴ Previdência social universal e universidade humboldtiana, marcas distintas da "civilização germânica", iriam ser usadas como argumento para uma expansão geopolítica e bélica alemã. "Quase como se obedecesse à alguma lei

¹⁰¹² David S. Landes. La estructura de la empresa em el siglo XIX. In: Pierre Vilar et al. *Estudios sobre el Nacimiento y Desarrollo del Capitalismo*. Madrid, Ayuso, 1978, p. 144.

¹⁰¹³ Karl Kautsky. *Op. Cit.*, p. 127.

¹⁰¹⁴ H. G. Wells. *Uma Breve História do Mundo*. Porto Alegre, L&PM, 2010.

natural, em cada século parece emergir um país com o poder, a vontade, e o ímpeto intelectual e moral para moldar o sistema internacional inteiro conforme a seus próprios valores... No século XIX, a Áustria de Metternich reconstruiu o Concerto da Europa e a Alemanha de Bismarck o desmantelou, transformando a diplomacia europeia num jogo a sangue-frio de política de poder”;¹⁰¹⁵ o maior pensador do “partido da ordem” do século XX assim constatou a instabilidade política crônica, derivada de sua incontornável concorrência interna, da ordem internacional capitalista. Politicamente, o fim da era de Bismarck deixou como legado a unificação do Estado alemão sob a égide de um nacionalismo belicista, do expansionismo, da perseguição à qualquer oposição e da construção de fronteiras políticas riscadas com o fio da espada e a bala dos fuzis e dos canhões. O declínio da ordem europeia de Bismarck assumiu, desse modo, contornos bélicos explosivos.

¹⁰¹⁵ Henry Kissinger. *Diplomacy*. Nova York, Simon&Schuster, 1994.